

## **CONTINUIDADES NOS CONCEITOS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DOS PROGRAMAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: PRÓ-LETRAMENTO E PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA<sup>1</sup>**

**Márcia Inês Maschio Dos Santos<sup>2</sup>.**

<sup>1</sup> Parte de projeto de pesquisa realizado no curso de Mestrado em Educação nas Ciências

<sup>2</sup> Aluna do curso de mestrado em Educação nas Ciências da UNIJUI.

A alfabetização é uma prioridade de todo sistema educativo. No Brasil, não é diferente. Ainda que tardiamente comparado com outros países, o governo federal tem implementado programas que buscam potencializar esse processo. A estratégia da formação continuada dos professores dos anos iniciais é a mais recorrente. Desde a redemocratização do país (1990) foram implementados três programas.

Na trilha de melhor compreender essas iniciativas, buscamos identificar continuidades e discontinuidades entre os programas tanto nas concepções teóricas como nas estratégias de implementação. Particularmente, são analisados, neste trabalho os conceitos de alfabetização e letramento propostos nos dois últimos programas do governo federal: Pró- Letramento e Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Primeiramente trataremos o conceito de alfabetização que impregna os dois programas e logo a seguir trataremos o conceito de letramento.

O Pró- Letramento foi um programa lançado pelo governo de Luis Inácio Lula da Silva no ano de 2005, coordenado pelo MEC, por meio da Secretaria de Educação Básica (SEB) e da Secretaria de Educação a Distância (SEED). O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) é o programa atual do governo federal instituído pela Portaria Ministerial nº 867, de 4 de julho de 2012, firmado pelo governo federal, Distrito Federal, estados e municípios, com o intuito de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do Ensino Fundamental.

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa é um programa de formação continuada de professores das três primeiras séries do Ensino Fundamental. Essas séries são definidas pelo Conselho Nacional de Educação como um ciclo sequencial de alfabetização, não passível de interrupção, voltado para ampliar a todos os alunos as oportunidades de sistematização e aprofundamento das aprendizagens básicas, imprescindíveis para o prosseguimento dos estudos.

**Modalidade do trabalho:** Ensaio teórico  
**Evento:** XXII Seminário de Iniciação Científica

Para desenvolver o trabalho, procedeu-se à leitura dos documentos oficiais dos programas (BRASIL, 2007, 2013) identificando nos mesmos a discussão e a apresentação da concepção de alfabetização e letramento. Num segundo movimento de análise, os conceitos foram discutidos à luz de pesquisadores no campo de alfabetização e letramento (FERREIRO e TEBEROSKY, 1985, SOARES, 2011).

Segundo o documento do programa Pró-Letramento: Alfabetização e Linguagem, no decorrer do tempo o termo alfabetização vem sofrendo transformações, porém pode-se dizer que a inserção da leitura e da escrita se dá por meio do domínio de um conjunto de técnicas relativas ao ato de ler - capacidade de decodificar sinais gráficos e escrever - capacidade de codificar os sons da fala, transformando-os em sinais gráficos. Portanto, para ler e escrever, o indivíduo (criança) tem de adquirir um conjunto de procedimentos e habilidades indispensáveis à prática da leitura e escrita. Procedimentos esses vão desde o domínio dos aspectos notacionais até os mais significativos - letras, sons, sílabas, palavras, frases, textos, gêneros, normas gramaticais e ortográficas (BRASIL, 2007).

O Pró-Letramento traz como pressupostos teóricos os estudos de Emília Ferreiro e Ana Teberosky que contribuíram grandemente para a compreensão da construção da leitura e da escrita pela criança. Suas pesquisas não levam a uma mera associação da alfabetização com situações em que a criança se apropria de um código, mas envolvem um processo de elaboração de hipóteses sobre o desenvolvimento da escrita.

De acordo com as pesquisadoras,

[...]o aprendizado do sistema de escrita não se reduziria ao domínio de correspondência entre grafemas e fonemas (a decodificação e a codificação), mas se caracterizaria como um processo ativo por meio do qual a criança, desde seus primeiros contatos com a escrita, construiria e reconstruiria hipóteses sobre a natureza e o funcionamento da língua escrita, compreendida como um sistema de representação( MEC, 2007, p. 10).

No Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, o referencial a respeito do conceito de alfabetização é realizado em uma perspectiva crítica. A alfabetização caracteriza-se por dois sentidos: o sentido básico, que corresponde ao processo de aquisição do código escrito e das habilidades de leitura e escrita, e o sentido pleno, que permite a autonomia de recursos de articulação do texto e busca estratégias próprias de compreensão/ expressão. Neste sentido, alfabetização na concepção de letramento é a familiarização do aprendiz com os diversos usos sociais da leitura e da escrita.

**Modalidade do trabalho:** Ensaio teórico  
**Evento:** XXII Seminário de Iniciação Científica

A aprendizagem da língua materna é um processo permanente, tanto na escrita quanto na oralidade. Esse processo não se interrompe. Logo necessita-se diferenciar um processo de aquisição da língua (oral e escrita) de um processo de desenvolvimento da língua (oral e escrita). Esse último nunca é interrompido. O termo alfabetização caberia, pois, ao primeiro caso, que é, em síntese, o processo de ensinar o código da língua escrita especificamente (SOARES, 2011).

Entretanto, ler e escrever também podem significar apreensão e compreensão de significados expressos em língua escrita (ler) ou expressão desses significados por meio da língua escrita (escrever). A alfabetização, neste sentido, é um processo de representação de fonemas em grafemas e vice-versa, mas é também um processo de compreensão/expressão de significados por meio do código escrito.

Não é alfabetizado, no seu sentido pleno, uma pessoa que seja somente capaz de decodificar símbolos sonoros, como sílabas ou palavras isoladas, como também não se pode considerar alfabetizada uma pessoa incapaz de se expressar por meio da escrita, usando adequadamente o sistema ortográfico de sua língua.

Essa afirmativa permeia os dois programas, ancorada em Magda Soares, que reitera que

[...] o processo de alfabetização deve levar a aprendizagem não de uma mera tradução do oral para o escrito, e deste para aquele, mas à aprendizagem de uma peculiar e muitas vezes idiossincrática relação fonemas- grafemas, de um outro código, que tem em relação ao código oral, especificidade morfológica e sintática, autonomia de recursos de articulação do texto e estratégias próprias de expressão/compreensão (SOARES, 2011, p. 17).

Logo, pode-se afirmar que a alfabetização não se resume apenas numa habilidade, mas num conjunto de habilidades, o que a caracteriza como um fenômeno de natureza complexa, multifacetada.

Já o termo letramento, discutido nos dois programas analisados, é entendido por Magda Soares como o processo específico e indispensável de apropriação do sistema de escrita, a aquisição do princípio alfabético e do ortográfico que possibilita à pessoa ler e escrever em situações de vida em que necessita fazer uso dessas ferramentas com autonomia. É o processo de inclusão e participação na cultura escrita e leitora (BRASIL, 2012). Esse processo de inserção na cultura escrita inicia quando a criança começa a reconhecer e a fazer leituras, mesmo não dominando o código alfabético dos escritos a sociedade, como placas de sinalização, rótulos de alimentos, embalagens, revistas, propagandas de televisão, etc., e se prolonga por toda a vida.

**Modalidade do trabalho:** Ensaio teórico  
**Evento:** XXII Seminário de Iniciação Científica

Para esclarecer o significado do termo letramento busca-se nos documentos oficiais dos dois programas o seu conceito. Segundo o documento do Pró- Letramento, letramento é, pois,

o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever, bem como o resultado da ação de usar essas habilidades em práticas sociais, é o estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da língua escrita e de ter-se inserido num mundo organizado diferentemente: a cultura escrita (BRASIL, 2008, p. 11).

De acordo com o caderno ano 1, unidade 3 do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa , concebe-se letramento como

o conjunto de práticas de leitura e produção de textos escritos que as pessoas realizam em nossa sociedade, nas diferentes situações cotidianas formais e informais. Nessas situações, os gêneros textuais são incrivelmente variados e cada um deles tem características próprias quanto à estrutura composicional, quanto aos recursos linguísticos que usa, bem como quanto às finalidades para que é usado e aos espaços onde circula ( MEC, 2012,p.7).

Ao examinar os conceitos de alfabetização e letramento nos dois programas, pode-se dizer que há uma continuidade desses conceitos, tanto no Pró- Letramento como no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Tanto o primeiro como o segundo programa utilizam o mesmo referencial teórico na abordagem dos conceitos. O desafio colocado para as três primeiras séries do Ensino Fundamental, tanto no Pró- Letramento como no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, é que se concilie esses dois processos, assegurando aos alunos a apropriação e o domínio do código escrito e as condições de uso desse código nas situações em que se fizer necessário na sociedade letrada.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: Aprendizagem do Sistema de Escrita Alfabética. Ano1: Unidade 3. Brasília: MEC, SEB, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Pró- Letramento: Programa de Formação Continuada de Professores/ Anos Iniciais: Alfabetização e Linguagem. Brasília:MEC, SEB, 2007.

SOARES, Magda. Alfabetização e Letramento. São Paulo: Contexto, 2011.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. A psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.o